



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2013.0000320069**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Inquérito Policial nº 0050272-47.2013.8.26.0000, da Comarca de Pitangueiras, em que , é investigado JOÃO BATISTA DE ANDRADE (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS).

**ACORDAM**, em 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Homologaran o pedido da Douta Procuradoria Geral de Justiça, determinando-se o arquivamento deste Inquérito Policial. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores WALTER DE ALMEIDA GUILHERME (Presidente) e ENCINAS MANFRÉ.

São Paulo, 16 de maio de 2013.

**J. Martins**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica

VOTO Nº 16.275

INQUÉRITO POLICIAL Nº 0050272-47.2013

COMARCA : PITANGUEIRAS

INVESTIGADO: JOÃO BATISTA DE ANDRADE (Prefeito do Município de Pitangueiras)

INQUÉRITO POLICIAL - PREFEITO – AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DA PRÁTICA DELITIVA - ARQUIVAMENTO PROPOSTO PELA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA – Ocorrência: Concluindo o titular da ação penal pela ausência de conduta ilícita a ser imputada ao Prefeito, o arquivamento dos autos é medida que se impõe. Pedido homologado.

Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apuração de eventual prática delituosa prevista na no artigo 1º, XIV, 2ª parte, do Decreto-Lei nº 201/67, pelo Prefeito Municipal de Pitangueiras, JOÃO BATISTA DE ANDRADE.

A Douta Procuradoria Geral de Justiça requereu o arquivamento dos presentes autos concluindo pela inexistência de crime (fls. 547/550).

É O RELATÓRIO.

Consoante afirmado no art. 127 da CF/88, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Assim, cabe ao interessado, reportar eventual violação ao ordenamento jurídico nacional à instituição legitimada para tomar as providências necessárias.

Ocorre que no caso não houve mencionada violação, não há nos autos elementos de convicção a respaldar eventual prática delitiva imposta ao Prefeito Municipal, tendo em vista os depoimentos colhidos e a prova documental carreada aos autos.

O presente Inquérito Policial fica, portanto, sem utilidade prática, pois não comunicou ato capaz de agredir a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

Como bem observado pelo D. Procurador de Justiça, não há nos autos, elementos indiciários suficientes da prática de ilícito penal que possa ser imputado ao investigado *“No caso em tela, contudo, não restou evidenciado que o Prefeito de Pitangueiras tenha descumprido de forma deliberada a ordem judicial emanada do E. Tribunal de Justiça de São Paulo. Pelo contrário. É de se ver que a Prefeitura de Pitangueiras informou ao Juízo, por escrito, acerca da irregularidade da situação da empresa que, conforme a certidão acostada a fls. 517, não possuía alvará de funcionamento desde o ano de 2008, uma vez que o último alvará requerido e concedido pela Municipalidade teve seu prazo de validade vencido em 31/12/2007 (vide documentos de fls. 144/150, fls. 187 e fls. 338/339). Observe-se ainda, que o Município de Pitangueiras, após ter sido intimado para dar integral cumprimento à decisão liminar (fls. 526), comprovou ter notificado a empresa “Teixeira e Zago Ltda – ME” para que esta retornasse ao seu*

*antigo estabelecimento comercial a fim de dar continuidade às suas atividades (fls. 527/529). Vale destacar, por fim, que a Colenda 3ª Câmara de Direito Público do E, Tribunal de Justiça de São Paulo denegou o mandado de segurança, ratificando a decisão proferida em primeiro grau, ao argumento de que “ o interesse público consubstanciado na reforma da praça municipal, em proveito de todos os munícipes, não pode ser afrontado por eventual interesse individual e comercial” (fls. 534/537). Face o exposto, não vislumbro a prática de qualquer delito, razão pela qual requieiro o **arquivamento do presente**, com ressalva das disposições contidas no artigo 18 do Código de Processo Penal” (fls.550/551). [sic]*

É de ser considerado que o pedido de arquivamento partiu da Procuradoria Geral de Justiça, sendo, assim, inaplicável o art. 28 do Código de Processo Penal, ficando ressalvado, no entanto, o art. 18 do mesmo estatuto processual.

Ante o exposto, HOMOLOGA-SE o pedido da Douta Procuradoria Geral de Justiça, determinando-se o arquivamento deste Inquérito Policial.

J. MARTINS  
RELATOR